



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

**Processo nº:** 00600-00001992/2020-76-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Dispensa de Licitação

**Órgão Técnico:** Núcleo de Recursos - NUREC

**Publicação:** Pauta dispensada (art. 116, § 5º, inciso V do Regimento Interno do TCDF)

**Ementa:** DISPENSA DE LICITAÇÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA ESPECÍFICA DE IGG E IGM E ANTÍGENO DO COVID-19. IRREGULARIDADES. LIMITAÇÃO DE PAGAMENTO. DETERMINAÇÕES. SOBRESTAMENTO DO CHAMAMENTO DE AUDIÊNCIA DOS ENVOLVIDOS ATÉ O DESLINDE DE AÇÃO PENAL. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO PARCIAL.

**Resumo:** Exame de regularidade da Dispensa de Licitação nº 09/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde, para aquisição emergencial de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19.

Abertura de prazo à jurisdicionada e às empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP para se manifestarem a respeito da matéria discutida nos autos (Decisão nº 2.748/20-CIMF). Encaminhamento de documentos.

Concessão de medida cautelar, com determinação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF para que limite eventuais pagamentos a serem efetuados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e sobrestamento das audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização até o deslinde da ação penal que apura acusação relacionada aos crimes praticados (Decisão nº 5.354/20-CIMF).

Interposição de Pedido de Reexame pelo Ministério Público de Contas.

**Nesta fase:** exame de admissibilidade do apelo.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

O Corpo Técnico sugere o conhecimento parcial da peça recursal, sem efeito suspensivo.

VOTO de acordo com a Unidade Instrutória.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame de regularidade da Dispensa de Licitação nº 09/2020, conduzida no âmbito da Secretaria e Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para aquisição emergencial de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19, com vistas a atender as necessidades da jurisdicionada.

2. O valor total destinado para execução do objeto foi de **R\$ 32.730.000,00**, conforme se extrai do aviso de resultado publicado no DODF de 23.4.2020 e de 22.5.2020, tendo sido contratadas as empresas listadas a seguir:

- GBIO - Goyazes Biotecnologia Ltda., pelo valor global de R\$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais);

- PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., pelo valor global de R\$ 10.950.000,00 (Dez milhões novecentos e cinquenta mil reais);

- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., pelo valor global de R\$ 20.985.000,00 (vinte milhões novecentos e oitenta e cinco mil reais).

3. Constatadas falhas no procedimento, a Corte, na Sessão de 15.7.2020, decidiu conceder o prazo de 10 (dez) dias à Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF e às empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP para prestarem esclarecimentos (Decisão nº 2.748/20-CIMF, e-doc [FAF582FA-e](#)).

4. Ato continuo, foram protocolados os seguintes documentos:

- Ofício nº 5181/2020-SES/GAB (e-doc [19E7AE14-c](#)) e anexos (e-docs [C0C1ED19-c](#), [77DC2C1D-c](#) e [728C6B03-c](#)), da Secretaria de Estado de Saúde;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

- manifestação da empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP (e-doc E984745D-c);

5. O teor dos expedientes foi apreciado na Sessão de 9.12.2020, ocasião em que a Corte exarou a Decisão nº 5.354/20-CIMF (e-doc 585189C9-e), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 5.354/20-CIMF**

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 5181/2020-SES/GAB (e-DOC 19E7AE14-c) e dos documentos anexos (e-DOCs C0C1ED19-c, 77DC2C1D-c e 728C6B03-c); b) da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. - EPP (e-DOC E984745D-c); c) dos Ofícios n.ºs 517/2020-G2P (e-DOC 0278E78F-e), 550/2020-G2P (e-DOC 3855D581-e) e 564/2020-G2P (e-DOC 8AAF4E5A e anexos de e-DOCs 1AA6E782-c e 771362EE-c); d) da ação penal ajuizada em face da denominada “Operação Falso Negativo” (e-DOC 9188A024-c); e) da Informação n.º 96/2020 – DIASP3 (eDOC 7EDEC4AE-e); f) do Parecer n.º 1006/2020–G1P (e-DOC 740C7850-e); II – conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação n.º 9/2020 (Processo SEI n.º 00060.00106136/2020-61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais); III – com fulcro no art. 248, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que: a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se acerca das impropriedades contidas na Informação n.º 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, devendo encaminhar documentação comprobatória, no caso de discordância; b) a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., caso tenha interesse, possa se manifestar acerca das falhas apontadas na Informação n.º 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; IV – **sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61**; V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de que: a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem: 1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

*art. 4º-B, IV, da Lei n.º 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993; 2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei n.º 13.979/2020; 3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei n.º 13.979/2020; b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial n.º 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar: 1) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto; 2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020; c) apesar de os normativos não definirem prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse período deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida; VI – autorizar: a) o envio de cópia desta decisão à empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. - EPP, para ciência; b) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., a fim de subsidiar o atendimento das diligências em análise; c) o envio de cópia dos autos ao: 1) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61; 2) Tribunal de Contas da União – TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas e, para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação n.º 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, nos termos de sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF.*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

6. Irresignado, o Ministério Público de Contas do DF, por seu Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, interpôs o Pedido de Reexame constante do e-doc 6F27DAAF-e com vistas a reformar o inciso IV suso negrito.

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 041/2021 – NUREC (e-doc B2DB476D-e), de 23.2.2020, analisa a matéria nos termos seguintes:

<b>2. EXAME PRELIMINAR</b>	S / N / N/A
<b>2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA:</b> O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
<b>2.2. TEMPESTIVIDADE:</b> 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica do TCDF (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? <b>Data da publicação da Decisão nº 5354/2020:</b> 25/1/2021 (peça nº 40) <b>Data da interposição do Pedido de Reexame:</b> 22/2/2021 (peça nº 67)	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
<b>2.3. LEGITIMIDADE:</b> 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador legalmente constituído?	SIM
<b>2.4. INTERESSE:</b> A decisão recorrida causa prejuízo ao recorrente?	SIM



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

<p><b>2.5. ADEQUAÇÃO:</b></p> <p>2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (arts. 47 da LO/TCDF c/c art. 286 do RI/TCDF)?</p> <p><b>O recurso pode ser conhecido no que diz respeito ao pedido para autuação de processo para análise de todas as aquisições de testes ocorridas no DF, conforme ressaltado no Voto – GCIM (peça 38).</b></p> <p><b>Por outro lado, conforme disciplina constante do art. 286 do RI/TCDF, o Pedido de Reexame é cabível tão somente contra decisões de mérito. In casu, resta claro que a deliberação recorrida, no tocante ao sobrestamento determinado, não envolve aspectos de mérito que possam ser rediscutidos pela via recursal proposta, conforme fundamentação constante, por exemplo, dos Votos condutores da Decisão nº 1873/2018 (e-DOC D281EFCB) e da Decisão nº 4001/2016 (e-DOC 2D921B0E).</b></p>	SIM
<p>2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (audiência, diligência ou inspeção)?</p>	SIM
<p>2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatar os presentes recursos?</p> <p><b>No que se refere ao sobrestamento. Em relação ao outro pleito, não há que se falar em aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que o requisito da adequação se mostra presente em relação ao pedido.</b></p>	NÃO
<p>2.5.4. Trata-se de recurso contra decisão de natureza cautelar?</p>	NÃO
<p><b>2.6. EFEITO:</b></p> <p>2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF?</p> <p><b>A atribuição de efeito suspensivo mostra-se sem efeito prático, já que não há conteúdo no bojo da deliberação cuja suspensão atenda ao intento ministerial, no que concerne à solicitação para autuação de processo.</b></p>	NÃO
<p>2.6.2. Os recursos agravam a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?</p>	NÃO





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

### 3. CONCLUSÃO DESCRITIVA

*O Ministério Público que atua junto ao TCDF – MPjTCDF, protocolou recurso contra a Decisão nº 5354/2020, que determinou o sobrestamento de audiências até o deslinde da de ações judiciais e, por outro lado, deixou de deferir pedido para autuação de processo específico para a fiscalização requerida pelo Parquet.*

*Quanto aos requisitos de admissibilidade, observa-se que o Pedido de Reexame é tempestivo, foi interposto por parte legítima, com interesse recursal e observando-se a preclusão consumativa (unirrecorribilidade).*

*Entretanto, no que diz respeito à irresignação contra o sobrestamento determinado, ressalta-se que o Pedido de Reexame não é adequado para impugnar deliberação dessa natureza, conforme disciplina do art. 286 do RI/TCDF, que dispõe acerca do cabimento do recurso apenas contra decisões de mérito. O referido entendimento já foi confirmado por intermédio de diversas deliberações, a exemplo das Decisões nºs 1873/2018 e 4001/2016, motivo pelo qual a sugestão será pelo não conhecimento do pedido nesse particular.*

*Em relação ao pleito para autuação de processo para a fiscalização requerida, considerase que o requisito da adequação se mostra atendido, conforme ressaltado pelo no Voto condutor da Decisão recorrida, o que possibilita que a sugestão seja pelo conhecimento do recurso apenas em relação ao tema.*

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

*“I. tomar conhecimento da Informação nº 041/2021– NUREC;*

*II. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF contra a Decisão nº 5354/2020, apenas no que diz respeito ao pedido para realização da fiscalização ali requerida;*

*III. autorizar:*

*a) a ciência da decisão que vier a ser prolatada ao Parquet especial, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, informando lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito;*

*b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para análise de mérito do recurso ora conhecido.”*

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

### VOTO

9. Nesta fase, analisa-se a admissibilidade do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público de Contas, por seu Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, com vistas a reformar o inciso IV da Decisão nº 5.354/20-CIMF<sup>1</sup>, que **autorizou o sobrestamento** das “*audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização (e-doc 2A05439E-e) até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo nº 00060.00106136/2020-61*”.

10. O recorrente alega que esta Corte deve exercer o controle externo que lhe é constitucionalmente assegurado, vez que o ilícito criminal não se confunde com o ilícito administrativo e civil. Logo, não haveria óbice para que o mesmo fato fosse apurado simultaneamente nas três esferas, em observância ao princípio da independência das instâncias.

11. Ressalta-se que o douto **Parquet** insurge-se também quanto ao não acolhimento, pelo e. Plenário, de sua proposta de determinar a avaliação da legalidade e economicidade de todas as aquisições de testes para a detecção de COVID-19 ocorridas no DF com recursos públicos.

12. Ao final requer “*a audiência dos responsáveis, inseridos na Matriz de Responsabilização, bem assim a oitiva do atual Secretário, para que se manifeste a respeito dos itens 23 e 24 do Parecer nº 1.006/2020-G1P (e-DOC 740C7850), bem como a instauração de processos consoante destacado no parágrafo anterior.*”

13. O Corpo Técnico sugere o conhecimento do apelo apenas no que diz respeito ao pedido para realização da fiscalização mencionada no parágrafo 11, deixando-se de conhecer a parcela referente à insurgência contra o sobrestamento das audiências.

14. Passe-se a apreciação.

15. Preliminarmente, observa-se que a peça foi interposta tempestivamente, por parte legítima e detentora de interesse recursal.

---

<sup>1</sup> **Decisão nº 5.354/20-CIMF:** “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...]; IV – sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61; [...]”





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

16. No que concerne ao cabimento do recurso, corretas as ponderações da Instrução, as quais incorporo ao presente Voto como razões de decidir.

17. O Pedido de Reexame não deve ser admitido na parte em que questiona o sobrestamento do chamamento em audiência dos responsáveis identificados na Matriz de Responsabilização (e-doc 2A05439E-e), uma vez que o Regimento Interno desta Corte é expresso ao dispor que essa modalidade recursal é cabível para atacar **decisão definitiva** (art. 286<sup>2</sup>), o que não se verifica no presente caso.

18. Vale frisar que situação semelhante foi apreciada no bojo do Processo nº 35.851/18-e, tendo essa Corte deixado de conhecer do Pedido de Reexame por não estar preenchido o requisito previsto no art. 286 do Regimento Interno. Naquela ocasião, em que foi proferida a Decisão nº 2.737/19-CPM<sup>3</sup>, assim me manifestei:

*“17. No caso em tela, constata-se que a Decisão nº 1.873/19-CMM apenas manteve o sobrestamento dos autos, ante a constatação de pendência judicial (Mandados de Segurança nºs 0711658-27.2018.8.07.0018 e 0711676-48.2018.8.07.0018), não sendo, portanto, decisão definitiva nem tampouco de mérito.”*

19. Cumpre, ainda, destacar, que o sobrestamento em tela, em oposição do que afirma o **Parquet** especializado, não configura omissão no exercício do controle externo. Trata-se, tão somente, de decisão pautada em cautela e racionalidade processual, uma vez que as apurações levadas a cabo pelo Poder Judiciário – as quais se revestem de meios mais amplos de produção de provas – subsidiarão, futuramente, a formação de juízo deste Tribunal.

20. Por outro lado, não há dúvidas de que a deliberação que negou o pleito Ministerial de instauração de processos fiscalizatórios possui caráter meritório, sendo o Pedido de Reexame instrumento hábil a levar

---

<sup>2</sup> “Art. 286. De decisão de mérito em processo concernente a ato sujeito a registro e à fiscalização de atos e contratos, cabe pedido de reexame, com efeito suspensivo, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada.

<sup>3</sup> **Decisão nº 2.737/19-CPM:** “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – deixar de conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em face da Decisão nº 1.873/19 (e-doc 4C8A1B41-c), por não atender ao requisito previsto no art. 286 do Regimento Interno do TCDF; II – dar ciência desta decisão à Recorrente, nos termos do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução nº 183/07-TCDF; III – autorizar o retorno dos autos a NUREC, para adoção das providências cabíveis. Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo conhecimento do recurso”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8

Proc.: 1.992/20-e

novamente a matéria à apreciação do Pleno. O próprio Relator original destes autos, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, assentou, no voto condutor da Decisão Extraordinária nº 5.354/20, que:

*“Quanto à sugestão de autuação de processo para análise de todas as aquisições de testes ocorridas no DF, considero **que o pleito se reveste de pedido de reexame**, uma vez que o encaminhamento proposto pelo órgão ministerial já foi submetido ao Plenário e não mereceu guarida.”*

21. Naquela ocasião, por entender que a demanda Ministerial materializava, na verdade, um recurso do pleito inicialmente formulado no bojo do Processo nº 00600-00000657/2020-51<sup>4</sup> e não acolhido pelo Plenário, o i. Relator deixou de apreciá-lo.

22. Todavia, considerando que aqueles autos foram arquivados (Decisão nº 2.752/20-CMA), sem exame de mérito do recurso lá interposto pelo **Parquet** especializado, faz-se imperioso o conhecimento do apelo neste momento, sob pena de supressão de instância recursal do recorrente.

23. Feitos estes esclarecimentos, deve o Tribunal conhecer do Pedido de Reexame no que se refere a este tema, sem efeito suspensivo, tendo em vista a peculiaridade das demais determinações contidas no **decisum** atacado.

Ante o exposto, de acordo com a Unidade Instrutória, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. conheça do Pedido de Reexame (e-doc 6F27DAAF-e), interposto pelo Ministério Público de Contas, por intermédio do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, em face da Decisão nº 5.354/20, sem efeito suspensivo, no que diz respeito ao pedido para fiscalização por parte do Tribunal para avaliar a legalidade e economicidade de todas as aquisições de testes para a detecção de COVID-19 ocorridas no DF com recursos públicos, nos termos do art. 288 do Regimento Interno do TCDF e art. 36, da Lei Complementar nº 1/94;

<sup>4</sup> O Processo nº 00600-00000657/2020-51 cuida de Representação nº 16/2020, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, versando acerca de supostas irregularidades no fluxo de atendimento nos hospitais e na testagem de pacientes com sintomas do novo coronavírus no âmbito da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8



II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao **Parquet** especial, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF nº 183/07, informando-lhe que o recurso ainda carece de apreciação de mérito;

III. autorize o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para análise de mérito.

Sala das Sessões, 3 de março de 2021.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas